

LEI MARIA DA PENHA: 20 ANOS

Aos 20 anos, a Lei Maria da Penha consolidou instrumentos de proteção e ampliou a resposta do Estado à violência doméstica.

A Focus Brasil recupera essa trajetória, analisa os números de 2026 e mostra por que prevenção, acolhimento e fiscalização das medidas protetivas ainda são decisivos no combate à violência contra a mulher



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 10 de agosto de 2026 Nº 249

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Interino: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Lei Maria da Penha, 20 anos: proteção ampliada, violência persistente

pág. 04

Lei Maria da Penha exige Estado presente para garantir proteção, avaliam advogadas

pág. 07

Da denúncia à autonomia, a rede federal de enfrentamento à violência contra mulheres

pág. 09

Linha do tempo: da luta de Maria da Penha à ampliação da proteção às mulheres

pág. 11

BRASIL

Pix Pensão amplia garantia e agiliza pagamento de pensão alimentícia

pág. 13

Nova CNH amplia acesso, reduz custos e impulsiona habilitações no Brasil

pág. 15

Desenrola Adimplentes começa nesta segunda (10) com foco em autônomos e informais

pág. 17

POLÍTICA

Vozes indígenas na ONU: desafios para a participação real

pág. 19

Congresso inicia “esforço concentrado” para votações antes das eleições

pág. 21

Substituta de Sergio Moro na Lava Jato, Gabriela Hardt é afastada por 2 anos pelo CNJ

pág. 23

CULTURA

Após título mundial do Flor Ribeirinha, Ismael Diniz afirma: “O Brasil tem essa dificuldade de olhar para dentro”

pág. 25

Premiado no Festival Grande Otelo, filme Manas é retrato indigesto e urgente do país

pág. 28



Lei Maria da Penha, 20 anos: proteção ampliada, violência persistente

Duas décadas após a sanção, a principal lei brasileira de enfrentamento à violência doméstica acumula avanços na proteção e na responsabilização dos agressores. O crescimento das medidas protetivas, porém, convive com quatro feminicídios por dia e reforça a necessidade de prevenção, acolhimento e fiscalização permanente

Henrique Nunes e Fernanda Otero

Sancionada em 7 de agosto de 2006, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Maria da Penha completa 20 anos como o principal marco brasileiro de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Lei nº 11.340 rompeu com a ideia de que a agressão dentro de casa pertencia ao campo privado, reconheceu essa violência como

violação de direitos humanos e organizou instrumentos para proteger a vítima, responsabilizar o agressor e articular a atuação do poder público.

“O lugar mais perigoso para mulheres e meninas continua sendo dentro de casa, onde elas deveriam estar acolhidas e protegidas”, afirma a advogada Maira Recchia, que preside a Comissão das Mulheres Advogadas da OAB-SP, ouvida pela Focus Brasil. Para ela, a lei teve o mérito de levar ao espaço público um debate que durante décadas permaneceu submetido ao velho ditado de que

“em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

A mudança não se limitou ao aumento de penas. A lei estabeleceu medidas protetivas de urgência, previu a criação de juizados especializados e determinou a integração entre Justiça, segurança, saúde e assistência social. Ao longo de duas décadas, sucessivas alterações ampliaram o alcance da proteção, criminalizaram o descumprimento das medidas protetivas, reconheceram a violência psicológica e criaram formas de afastamento imediato e de monitoração eletrônica do agressor.

O conjunto dessas mudanças mostra uma legislação em construção permanente. Também revela a dimensão de um problema que não cede apenas com novas normas. Em 2025, o Brasil registrou o recorde de 1.548 vítimas de feminicídio, média superior a quatro mortes por dia. No mesmo ano, a Justiça concedeu 621.202 medidas protetivas de urgência, cerca de 70 por hora. Nos primeiros quatro meses de 2026, foram outras 225.535.

Os números indicam maior acesso a um instrumento central da lei, mas também expõem a demanda crescente por proteção. A advogada criminalista Ana Carolina Moreira Santos chama atenção para a distância entre a decisão judicial e a segurança concreta da mulher. “Não adianta ter uma medida protetiva deferida se não há fiscalização para saber se o agressor está cumprindo”, afirma. “É essa fiscalização que vai reunir mais condições para que ela tenha segurança.”

Uma lei nascida da omissão do Estado

A lei leva o nome da farmacêutica bioquímica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídio praticadas pelo então marido, Marco Antônio Heredia Viveros, em 1983. Na primeira, ele atirou contra ela enquanto dormia. Maria da Penha ficou paraplégica. Meses depois, ele tentou eletrocutá-la durante o banho.

O caso atravessou anos de recursos e demora judicial. O agressor foi condenado em dois julgamentos, mas permaneceu em liberdade. Em 1998, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejiil) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) levaram a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em 2001, a comissão responsabilizou o Brasil por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica. A decisão apontou a demora injustificada no caso e recomendou mudanças institucionais e legislativas. A condenação internacional deu novo impulso à mobilização dos movimentos de mulheres e à construção da norma sancionada cinco anos depois.

Ana Carolina define a lei como um marco paradigmático. Ela observa que a norma respondeu tanto a um comando da Constituição quanto aos compromissos internacionais assumidos pelo país. “Nós tínhamos uma Constituição que já dava o comando para uma proteção específica contra a violência doméstica de gênero, e esse comando não era cumprido”, diz.

A origem da Lei Maria da Penha ajuda a explicar seu alcance. Ela não foi criada apenas para reagir a uma agressão isolada, mas para enfrentar uma falha estrutural do Estado: a incapacidade de reconhecer, interromper e punir a violência praticada no ambiente doméstico. Sua efetividade depende dos tribunais e também de delegacias, serviços de saúde, assistência social, abrigamento, canais de denúncia, educação e políticas de autonomia econômica.

Proteção depende de execução

As medidas protetivas de urgência estão entre os instrumentos mais conhecidos da lei. Elas permitem determinar o afastamento do agressor do lar, proibir contato ou aproximação da vítima, restringir visitas a dependentes, suspender o porte de armas e estabelecer providências necessárias à segurança da mulher e de seus familiares.

Em 2023, uma alteração definiu que essas medidas podem ser

concedidas a partir do depoimento da vítima, independentemente de boletim de ocorrência, inquérito policial ou ação judicial. A norma também determinou que a proteção permaneça enquanto persistir o risco. O objetivo foi reduzir barreiras formais no momento em que a mulher procura interromper o ciclo da violência.

Em 2024, a Lei Antifeminicídio transformou o feminicídio em crime autônomo, com pena de 20 a 40 anos, e aumentou para dois a cinco anos a punição pelo descumprimento de medida protetiva. Em 2025, o Supremo Tribunal Federal estendeu a proteção da Lei Maria da Penha a mulheres transexuais e travestis e, diante de situação de vulnerabilidade em relações domésticas, a casais homoafetivos formados por homens.

Novos mecanismos entraram na legislação em 2026. A monitoração eletrônica do agressor tornou-se medida protetiva autônoma, com prioridade nos casos de descumprimento anterior ou de risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima. O sistema deve emitir alerta simultâneo à mulher e à unidade policial mais próxima quando houver violação do perímetro de exclusão.

Outra mudança incorporou a violência vicária à Lei Maria da Penha. Ela ocorre quando o agressor atinge filhos, pais, dependentes ou pessoas da rede de apoio para provocar sofrimento, punição ou controle sobre a mulher. A nova lei também criou o vicaricídio como crime hediondo.

O aumento das concessões mostra que o sistema de Justiça incorporou as medidas protetivas. A distância entre a decisão e a segurança real, contudo, permanece crítica. Uma ordem de afastamento reduz o risco quando chega rapidamente às partes, é conhecida pelos órgãos responsáveis e produz resposta imediata



em caso de violação.

Para Ana Carolina, não se pode transferir essa responsabilidade à família. “A mulher vítima de violência não pode ser deixada no colo da família. Esse é um dever do Estado e, principalmente, do Poder Executivo, que precisa implementar as políticas, garantir o cumprimento da lei e fiscalizar sua aplicação.”

Maira acrescenta que a legislação precisa ser acompanhada por compromisso político e cooperação institucional. “Não adianta ter uma legislação se não temos governos efetivamente comprometidos com a proteção das mulheres”, afirma. Em sua avaliação, pactos, acordos e cobrança entre os Poderes são necessários para que a lei “saia do papel e seja, de fato, um instrumento efetivo”.

Cinco formas de violência e um ciclo a interromper

Desde 2006, a Lei Maria da Penha reconhece cinco formas de violência doméstica e familiar: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A classificação tornou visíveis agressões que não deixam necessariamente marcas no corpo, mas limitam decisões,

destroem vínculos, restringem recursos e ampliam a dependência da vítima.

Maira observa que essas violências aparecem de forma combinada e cotidiana. Quando o ciclo não é interrompido, podem resultar em tentativas ou feminicídios consumados. Para a jurista, a prevenção exige que o Estado atue antes do desfecho extremo e que a sociedade deixe de tratar a violência como assunto exclusivo das mulheres.

“Essa luta não é só nossa, das mulheres. Precisamos que os homens comprometidos com a nossa dignidade como pessoa humana estejam ao nosso lado”, afirma. Ao lembrar que, durante a pandemia, se falava em uma epidemia de agressões dentro de casa, Maira usa uma formulação mais dura para o cenário atual: “Estamos em uma guerra civil, e o alvo somos nós, mulheres.”

Ana Carolina também ressalta os limites de uma resposta concentrada na punição. “Com lei e com sistema de Justiça, a gente não resolve o problema da violência doméstica. Precisamos de políticas públicas de educação, campanhas e uma rede institucio-

nal de apoio”, diz. Para ela, os três Poderes e a sociedade precisam atuar de forma coordenada, mas é no Executivo que os serviços de prevenção e acolhimento ganham execução cotidiana.

Misoginia em debate no Congresso

O enfrentamento à misoginia entrou no centro do debate legislativo em 2026. Aprovado por unanimidade no Senado em março, o Projeto de Lei 896/2023 inclui a misoginia na Lei do Racismo e prevê pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa. A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados, que aprovou o regime de urgência em julho. A votação foi adiada por falta de consenso e o texto ainda não se tornou lei.

Ana Carolina considera necessária a discussão diante da propagação de discursos de ódio, especialmente nas plataformas digitais. Para ela, a regulação desse ambiente e a responsabilização pela misoginia devem integrar uma estratégia mais ampla de prevenção. O desafio é agir sobre a cultura que legitima a violência sem reduzir a política pública à punição posterior. ■



Lei Maria da Penha exige Estado presente para garantir proteção, avaliam advogadas

Fernanda Otero

A Lei Maria da Penha retirou a violência doméstica da esfera privada e estabeleceu instrumentos para proteger as mulheres e responsabilizar os agressores. Duas décadas depois de sua sanção, porém, a aplicação da norma ainda esbarra na ausência de serviços públicos, na fiscalização insuficiente das medidas protetivas e na dificuldade de garantir atendimento às vítimas em todo o país.

Ouvidas pela Focus Brasil, as advogadas Ana Carolina Moreira Santos, ex-presidente da Comissão da Mulher Advogada do SASP (Sindicato dos Advogados de São Paulo), e Maira Recchia, que pre-

side a Comissão das Mulheres Advogadas da OAB-SP e é membra do Observatório da Democracia da AGU (Advocacia Geral da União), analisam a trajetória da legislação por perspectivas distintas, mas chegam a uma conclusão comum: a resposta judicial é indispensável, porém não se sustenta sem políticas de prevenção, acolhimento e proteção executadas pelo Estado.

Violência doméstica deixou de ser assunto privado

Para Maira Recchia, uma das principais transformações promovidas pela Lei Maria da Penha foi tornar pública uma violência que durante muito tempo permaneceu protegida pelo silêncio familiar e pela tolerância social.

“A Lei Maria da Penha traz

para o âmbito público um debate de fundamental importância para proteger a vida das mulheres”, afirma.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a legislação reconheceu cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A classificação permitiu identificar agressões que não deixam necessariamente marcas no corpo, mas restringem decisões, destroem vínculos, controlam recursos e aprofundam a dependência da vítima.

Maira ressalta que a residência, associada à ideia de proteção, continua sendo um dos principais espaços de risco para mulheres e meninas. As diferentes formas de agressão, segundo ela, não devem ser tratadas como episódios isolados. Podem integrar um ciclo que

se intensifica e termina em tentativa de feminicídio ou morte.

Ana Carolina Moreira Santos situa a criação da lei no contexto da omissão do Estado brasileiro diante do caso de Maria da Penha Maia Fernandes. Depois de anos de demora judicial e impunidade, o país foi responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica.

“Ela é um marco paradigmático decorrente de uma condenação do Brasil por organismos internacionais”, afirma Ana Carolina.

Na avaliação da criminalista, a norma nasceu com uma estrutura robusta e foi aperfeiçoada ao longo de 20 anos para ampliar os mecanismos de proteção, acelerar a concessão de medidas protetivas e fortalecer a responsabilização dos agressores.

Punição não substitui prevenção

Apesar dos avanços legislativos, ambas rejeitam a ideia de que o enfrentamento à violência possa ficar restrito à criação de crimes ou ao endurecimento das penas. A intervenção do sistema de Justiça, embora necessária, ocorre geralmente depois de a agressão ter sido praticada.

“Não adianta ter uma lei boa e um Poder Judiciário que dê resposta às práticas criminosas se não há políticas públicas de prevenção”, afirma Ana Carolina.

Para ela, a redução da violência depende de educação, campanhas permanentes, acolhimento, assistência social e de uma rede institucional preparada para agir antes que as agressões se agravem. A proteção também precisa alcançar mulheres que vivem longe dos grandes centros ou em locais onde não existem serviços

especializados.

Maira igualmente vincula a efetividade da legislação à presença do poder público. Segundo ela, a cooperação entre governos, instituições e Poderes da República é necessária para transformar as garantias previstas na lei em proteção concreta.

Essa atuação não deve se limitar à integridade física. Precisa considerar a saúde psicológica, a renda, a moradia e a autonomia econômica das mulheres, fatores que muitas vezes determinam se a vítima conseguirá romper o ciclo de violência.

Medida protetiva precisa ser fiscalizada

A fiscalização das medidas protetivas está entre as principais fragilidades apontadas por Ana Carolina. As decisões judiciais podem afastar o agressor do lar, impedir contatos e estabelecer uma distância mínima em relação à vítima. Para produzirem segurança, entretanto, precisam ser comunicadas rapidamente, monitoradas e acompanhadas por uma resposta pública em caso de descumprimento.

“Não adianta ter uma medida protetiva deferida a uma mulher se não há fiscalização para saber se o agressor está cumprindo”, diz.

A especialista reconhece que a fiscalização não elimina todos os riscos, mas sustenta que o acompanhamento reúne condições concretas para ampliar a segurança da mulher. Sem monitoramento, uma ordem judicial pode existir formalmente sem impedir que o agressor volte a se aproximar ou faça novas ameaças.

Maira vê nos pactos institucionais e nos acordos de cooperação um caminho para integrar Justiça, segurança pública, saúde e assistência social. A atuação coor-

denada permite compartilhar informações, identificar situações de maior risco e acelerar a resposta às violações.

Ana Carolina também adverte que a responsabilidade pelo acolhimento não pode ser transferida às famílias das vítimas.

“Não podemos deixar essa mulher no colo da família. Esse é um dever do Estado”, afirma.

Para ela, cabe principalmente ao Poder Executivo colocar em funcionamento os serviços previstos pela legislação, assegurar equipes capacitadas e garantir que a rede de atendimento alcance as mulheres no território.

Enfrentamento deve envolver toda a sociedade

Maira defende que o combate à violência não seja tratado como uma responsabilidade exclusiva das vítimas ou dos movimentos de mulheres. A participação dos homens, segundo ela, é indispensável para enfrentar comportamentos e valores que naturalizam a desigualdade e a agressão.

“Essa luta não é só nossa. Precisamos que os homens comprometidos com a nossa dignidade estejam ao nosso lado”, afirma.

Ana Carolina propõe uma força-tarefa que envolva Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade. Nesse esforço, o Legislativo deve atualizar as normas; o Judiciário, assegurar proteção e responsabilização; e o Executivo, garantir políticas de prevenção, acolhimento, fiscalização e autonomia.

Aos 20 anos, a Lei Maria da Penha consolidou instrumentos jurídicos fundamentais para o enfrentamento à violência doméstica. O desafio apontado pelas duas, que atuam na SASP, na OAB e nos tribunais, é assegurar que essas garantias funcionem fora dos tribunais e cheguem às mulheres antes que as agressões avancem para o feminicídio. ■



Da denúncia à autonomia, a rede federal de enfrentamento à violência contra mulheres

Programas retomados ou instituídos desde 2023 combinam atendimento integrado, prevenção aos feminicídios e articulação entre os entes públicos. Continuidade, capilaridade, orçamento e avaliação são os testes para sua consolidação como políticas de Estado

Redação Focus Brasil

O terceiro governo Lula recriou o Ministério das Mulheres e retomou uma estrutura federal específica para coordenar políticas de igualdade e enfrentamento à violência. Na área de proteção, o desenho parte de uma premissa prevista na própria Lei Maria da Penha: segurança pública, Justiça, saúde, assistência social, educação e autonomia econômica precisam

operar de forma articulada.

O Programa Mulher Viver sem Violência foi reinstituído em março de 2023. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, reúne atendimento humanizado, integração dos serviços, reestruturação do Ligue 180, unidades móveis, Centros de Referência da Mulher Brasileira e expansão da Casa da Mulher Brasileira.

A Casa concentra, no mesmo espaço, serviços que podem incluir acolhimento psicossocial, delegacia especializada, Defensoria Pública, Ministério Público, juizado, alojamento de passagem,

brinquedoteca e orientação para autonomia econômica. A integração busca reduzir a rota percorrida pela vítima e evitar que ela repita o relato em diferentes portas do Estado.

Em 2023, os ministérios das Mulheres e da Justiça e Segurança Pública firmaram cooperação para construir, equipar e entregar até 40 unidades. A presença efetiva das casas depende da execução das obras, da formação das equipes, da pactuação com estados e municípios e da manutenção dos serviços após a inauguração.



Ligue 180 e atendimento nos territórios

O Ligue 180 funciona 24 horas como canal gratuito de orientação, encaminhamento e recebimento de denúncias. Pode ser acionado pela própria vítima ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento da violência e também informa os serviços disponíveis na rede local. Em situação de emergência, a orientação permanece acionar a Polícia Militar pelo 190.

As unidades móveis atendem mulheres do campo, da floresta, das águas, comunidades quilombolas, indígenas e ciganas. Os Centros de Referência oferecem acolhimento psicossocial, orientação jurídica e encaminhamento para outros equipamentos. O objetivo é alcançar mulheres que vivem longe das estruturas especializadas concentradas nas capitais.

Prevenção aos feminicídios

O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios foi instituído em 2023. Seu plano de ação, lançado em 2024, reúne 73 medidas e previsão de R\$ 2,5 bilhões, distri-

buídos entre prevenção primária, intervenção precoce, reparação, produção de dados e elaboração de normas.

As responsabilidades alcançam diferentes ministérios e incluem formação de profissionais, fortalecimento do acolhimento, qualificação dos serviços de segurança, integração de dados, unidades móveis, ações educativas e medidas de autonomia. O próprio comitê gestor iniciou em 2026 uma avaliação para identificar quantas ações foram implementadas, quais resultados foram alcançados e qual impacto produziram.

Em 2024, a Lei nº 14.899 estabeleceu a elaboração de planos de metas pelos estados e previu recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações da rede, como expansão de delegacias especializadas, monitoração de agressores e acompanhamento das mulheres.

Em fevereiro de 2026, Executivo, Legislativo e Judiciário lançaram o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. A iniciativa procura coordenar compromissos dos três Poderes nas áreas de prevenção, proteção, responsabilização e ga-

rantia de direitos. A articulação responde a um quadro em que o país encerrou 2025 com recorde de 1.548 feminicídios e mais de 621 mil medidas protetivas concedidas.

Leis e autonomia

Medidas aprovadas desde 2023 também passaram a compor a rede. Entre elas estão o auxílio-aluguel por até seis meses para mulheres afastadas do lar em situação de vulnerabilidade, a dispensa de boletim de ocorrência para a concessão de medida protetiva, a Lei Antifeminicídio, a monitoração eletrônica como medida protetiva autônoma e o reconhecimento da violência vicária.

O balanço dessas iniciativas não deve ser eleitoral. Políticas de enfrentamento à violência exigem continuidade entre governos, execução orçamentária, pactuação federativa, transparência dos dados e avaliação de resultados. A quantidade de programas importa menos do que a capacidade de alcançar a mulher antes do agravamento da violência e de sustentar a proteção depois da denúncia. ■



Linha do tempo: da luta de Maria da Penha à ampliação da proteção às mulheres

Caso de violência e impunidade que levou o Brasil a uma condenação internacional deu origem à Lei Maria da Penha. Em 20 anos, a legislação incorporou novos instrumentos de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores

Henrique Nunes

A história da Lei Maria da Penha começou mais de duas décadas antes de sua sanção. Em 1983, Maria da Penha Maia Fernandes sobreviveu a duas tentativas de homicídio praticadas pelo então marido, Marco Antônio Heredia Viveros. A violência deixou a farmacêutica bioquímica paraplégica e deu início a uma longa luta por justiça, marcada pela demora dos tribunais e pela impunidade do agressor.

O caso ultrapassou as fronteiras brasileiras e chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2001, o Brasil foi

responsabilizado por negligência, omissão e tolerância diante da violência doméstica. A condenação internacional fortaleceu a mobilização dos movimentos de mulheres e impulsionou a construção da Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A legislação transformou a forma como o poder público passou a tratar a violência doméstica e familiar. Além de criar medidas protetivas de urgência e prever juizados especializados, estabeleceu uma atuação integrada entre Justiça, segurança pública, saúde e assistência social. A norma também reconheceu que a violência contra a mulher não se restringe à agressão física e pode assumir formas psicológicas, sexuais, pa-

trimoniais e morais.

Ao longo de 20 anos, novas leis e decisões judiciais ampliaram esses instrumentos. O descumprimento de medida protetiva tornou-se crime, a violência psicológica passou a integrar o Código Penal e o feminicídio ganhou tipificação autônoma. Mais recentemente, a legislação incorporou a monitoração eletrônica de agressores e o reconhecimento da violência vicária.

A trajetória reúne avanços importantes, mas também evidencia que a proteção depende da aplicação efetiva das normas. A seguir, os principais acontecimentos que marcaram a luta de Maria da Penha e a evolução da legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

1983 | Duas tentativas de homicídio

Marco Antônio Heredia Viveros atira em Maria da Penha enquanto ela dorme. O ataque a deixa paraplégica. Meses depois, ele tenta eletrocutá-la durante o banho.

1984 | Saída de casa

Maria da Penha consegue deixar a residência com as três filhas depois de obter autorização judicial para a separação de corpos.

1991 e 1996 | Condenações e recursos

O agressor é julgado e condenado duas vezes, mas permanece em liberdade enquanto apresenta recursos.

1998 | Denúncia internacional

O caso é levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem).

2001 | Brasil responsabilizado

A Comissão Interamericana responsabiliza o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica. O órgão recomenda a conclusão do processo e a adoção de reformas institucionais.

2002 | Prisão do agressor

Dezenove anos depois do crime, Marco Antônio Heredia Viveros é preso e cumpre parte da pena em regime fechado.

7 de agosto de 2006 | Sanção da Lei Maria da Penha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.340. A norma cria medidas protetivas, prevê juizados especializados e organiza uma política integrada de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

2012 | Ação pública incondicionada

O Supremo Tribunal Federal decide que, nos casos de lesão corporal decorrente de violência doméstica, o Ministério Público pode apresentar denúncia independentemente da manifestação da vítima.

2015 | Feminicídio

A Lei nº 13.104 inclui o feminicídio como qualificadora do homicídio e o coloca no rol dos crimes hediondos.

2018 | Descumprimento de medida protetiva torna-se crime

A Lei nº 13.641 cria o crime autônomo de descumprimento de medida protetiva de urgência.

2019 | Afastamento imediato do agressor

Autoridades policiais passam a poder afastar o agressor do lar em situações de risco atual ou iminente, nas hipóteses previstas pela legislação.

2020 | Reeducação e acompanhamento

A lei passa a prever o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, além de acompanhamento psicossocial.

2021 | Violência psicológica

A Lei nº 14.188 cria no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher.

2023 | Proteção sem boletim de ocorrência

A Lei nº 14.550 determina que a medida protetiva pode ser concedida com base no depoimento da vítima, sem depender de boletim de ocorrência, inquérito ou ação judicial. No mesmo ano, a Lei nº 14.674 inclui o auxílio-aluguel entre as medidas de proteção.

2024 | Feminicídio torna-se crime autônomo

A Lei nº 14.994 estabelece pena de 20 a 40 anos para o feminicídio e eleva para dois a cinco anos a punição pelo descumprimento de medida protetiva.

2025 | Proteção ampliada

O STF estende a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, travestis e mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade nas relações domésticas. A Lei nº 15.212 inclui oficialmente a expressão “Lei Maria da Penha” na ementa da norma.

2026 | Monitoração eletrônica e violência vicária

A Lei nº 15.383 estabelece a monitoração eletrônica do agressor como medida protetiva autônoma e determina o envio de alerta à vítima e à unidade policial. A Lei nº 15.384 incorpora a violência vicária à legislação e cria o vicaricídio como crime hediondo. ■



Pix Pensão amplia garantia e agiliza pagamento de pensão alimentícia

Nova regra permite que o valor determinado pela Justiça seja debitado automaticamente da conta do devedor e transferido à pessoa beneficiária

Rose Silva

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho, a Lei 15.479/26, que institui a transferência automática de pensão alimentícia, o chamado “Pix Pensão”. A legislação altera o Código de Processo Civil (CPC) para permitir que valores fixados por decisão judicial sejam transferidos diretamente entre

contas mantidas em instituições financeiras. A mudança entrará em vigor dentro de um ano.

Antes da alteração, o pagamento dependia da ação voluntária do devedor, por meio de transferência manual, boleto ou desconto em folha. Este último aplicado aos trabalhadores assalariados. Com a nova regra, o valor mensal determinado pelo juiz poderá ser debitado automaticamente da conta do devedor e creditado diretamente na conta da pessoa beneficiária ou de seu responsável legal.

Pagamento não poderá ser cancelado pelo devedor

As pessoas beneficiárias não precisarão abrir uma conta específica para receber o Pix Pensão. Basta que a conta de destino pertença a uma instituição financeira regulada pelo Banco Central e esteja indicada no processo judicial.

Embora, em situações comuns, o titular de uma conta possa cancelar um Pix agendado, isso não será possível no pagamento de pensão alimentícia. Por se tra-



tar de uma decisão judicial, o cancelamento ou a alteração do pagamento somente poderão ocorrer mediante nova determinação da Justiça.

O procedimento será realizado eletronicamente pelo sistema bancário, sob regulação do Banco Central.

Mais proteção para crianças, adolescentes e mulheres

Para a advogada Adriana Gragnani, a lei amplia a agilidade e a garantia do pagamento da pensão.

“Se a pessoa devedora é empregada ou tem um emprego fixo, é mais fácil garantir o cumprimento, pois o juiz determina que a empresa seja oficiada para o desconto em folha. E, caso a pessoa seja demitida, ela tem um prazo ainda, em razão das verbas que vai receber, para continuar cumprindo com a obrigação. Mas, quando se trata de alguém que não tem emprego ou é um profissional liberal, a nova lei amplia a garantia do direito à pensão alimentícia porque prevê a conjugação de vários órgãos, facultando o acesso a dados pelo juiz. Isso é particularmente importante no caso do profissional liberal que tem recursos e se recusa a pagar, por qualquer razão”, explica.

Segundo a advogada, a medida amplia a proteção de pessoas que dependem financeiramente da pensão.

“Essa lei protege a criança, o adolescente e também a mulher que depende financeiramente do cônjuge em caso de separação, tornando mais ágil e fechando um pouco as formas de captação, digamos assim, desse valor. Não depende mais de o alimentante depositar no banco. Penso que ela vem nesse sentido”, afirma.

Quem tem direito

Poderão solicitar o Pix Pensão, a qualquer momento durante o cumprimento da sentença, as pessoas beneficiárias de pensão alimentícia fixada por decisão judicial ou por acordo homologado pela Justiça.

O pedido também poderá ser apresentado por mães ou responsáveis legais que detenham a guarda de crianças e adolescentes beneficiários de alimentos, além de pessoas que já possuam título executivo judicial estabelecendo a obrigação alimentar.

O acesso ao serviço ocorrerá por meio do processo judicial no qual a pensão foi definida. A pessoa beneficiária deverá solicitar ao juiz responsável pela causa, por intermédio de advogada ou

advogado, da Defensoria Pública ou do Ministério Público, que a cobrança seja feita por transferência automática.

Também deverão ser informados no processo os dados bancários — agência, conta e chave Pix cadastrada — de quem recebe e de quem deve pagar. A partir dessas informações, o juiz expedirá uma ordem eletrônica para que o sistema bancário agende o débito recorrente na data estabelecida para o pagamento.

O que acontece se o devedor não tiver saldo?

A legislação estabelece mecanismos para garantir o cumprimento da obrigação. Caso a conta informada não tenha saldo suficiente no dia do vencimento, o sistema bancário poderá tornar indisponíveis ativos financeiros do devedor mantidos em outras contas ou aplicações, respeitando o limite exato da parcela devida.

Assim que houver recursos disponíveis, a quantia será retida e transferida para a pessoa beneficiária.

O não pagamento continuará sujeito às sanções previstas em lei, como protesto em cartório, inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes e prisão civil.■



Nova CNH amplia acesso, reduz custos e impulsiona habilitações no Brasil

Após oito meses de vigência, conjunto de mudanças simplifica processos, reduz despesas e faz procura pela primeira habilitação crescer 222%

Fernanda Lima

Tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sempre representou um passo decisivo para conquistar autonomia e abrir novas portas no mercado de trabalho. Durante muito tempo, porém, os custos elevados e a demora dos processos afastaram muitos brasileiros desse objetivo.

Essa realidade começou a mudar com as novas regras de habilitação estabelecidas pelo Ministério dos Transportes. Prestes a completar oito meses, o novo formato da CNH, mais simples, moderno e acessível, mostra como a redução da burocracia pode faci-

litar a vida dos condutores e gerar oportunidades para quem precisa do documento para trabalhar e se locomover.

Curso gratuito e mais autonomia

Um dos principais diferenciais da mudança está no acesso ao aprendizado. O curso teórico passou a ser gratuito e pode ser realizado diretamente pelo celular, sem a obrigatoriedade de aulas presenciais em autoescolas. Na prática, o custo para obter a habilitação para carro ou moto caiu em até 80%.

O processo também ganhou mais flexibilidade ao permitir que o aluno escolha como e com quem deseja realizar as aulas práticas. A possibilidade de contratar

instrutores autônomos credenciados amplia as opções de horários e permite que o futuro condutor organize o orçamento de acordo com suas condições, sem depender de pacotes fechados.

Os exames médicos passaram a ter limites de preço mais acessíveis, enquanto a emissão da CNH digital se tornou gratuita.

Incentivo ao bom condutor

Outro pilar de impacto social e econômico foi a reformulação das regras de manutenção do documento. O novo sistema passou a premiar diretamente a responsabilidade no trânsito.

Condutores que não registram infrações durante o período de validade da carteira terão di-



reito à renovação automática e sem custos. A isenção de taxas administrativas e exames para motoristas sem histórico de multas reduz filas e procedimentos burocráticos nos órgãos estaduais, além de estabelecer um incentivo financeiro à segurança viária e à cidadania ao volante.

Procura pela primeira CNH cresce 222%

O alívio financeiro e a simplificação dos processos já aparecem nos indicadores do Sistema Nacional de Trânsito. Nos primeiros meses de funcionamento do novo formato, a procura pela primeira CNH cresceu 222% em relação ao padrão histórico anterior.

No acumulado geral, o país registrou alta média de 15% na

emissão de carteiras de motorista, impulsionada pelo ingresso de jovens e trabalhadores autônomos até então excluídos do sistema.

A expansão foi liderada pela região Nordeste, que acumulou crescimento de 30% nas solicitações. Em termos percentuais, Paraíba, Acre e Sergipe apresentaram alguns dos resultados mais expressivos. São Paulo liderou em volume absoluto, com mais de 63 mil novas habilitações no período.

Da CNH Social ao crédito produtivo

A transformação regulatória dialoga diretamente com as políticas de fortalecimento do trabalho autônomo e do setor de transportes. A destinação de recursos

arrecadados com multas para o custeio da CNH Social, voltada aos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), provocou procura recorde nos editais estaduais.

No Espírito Santo, por exemplo, mais de 64 mil pessoas se inscreveram para disputar as vagas do programa.

Além de ampliar a mobilidade, a regularização do condutor tornou-se porta de entrada para programas de crédito produtivo e renovação de frota. Ao transformar a habilitação em uma chave de acesso à inclusão profissional e econômica, a reforma não apenas barateou o acesso ao volante, como também ajudou a inserir centenas de milhares de brasileiros no circuito formal da economia. ■



Desenrola Adimplentes começa nesta segunda (10) com foco em autônomos e informais

Programa atende pessoas físicas que não tenham vínculo formal de emprego ativo; também é necessário não ocupar cargo, emprego ou função pública

Redação Focus Brasil

Um nova modalidade do Desenrola Brasil começa a valer nesta segunda (10) com alternativa para que trabalhadores autônomos e informais possam reorganizar as finanças e impedir que o custo do crédito transforme uma dívida ainda controlada em uma bola de neve.

O Desenrola Adimplentes permite substituir o empréstimo atual por uma nova operação, com juros limitados a 1,99% ao mês e prestação menor. A iniciativa é voltada a quem mantém um histórico recente de pagamentos, mas precisa de melhores condições para continuar honrando os com-

promissos.

Entram no programa dívidas que estejam em dia ou com atraso de, no máximo, 90 dias. Dessa forma, o Governo Lula amplia o alcance das políticas de reorganização financeira e passa a atuar também antes que a inadimplência se torne mais grave.

Instituído pela Medida Provisória nº 1.373, o Desenrola Adimplentes está vinculado ao Ministério da Fazenda e conta com autorização para receber até R\$ 3 bilhões da União. Pelas regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional, 70% dos recursos de cada nova operação virão da União e 30% serão aportados pela instituição financeira participante.

O programa não prevê perdão nem desconto sobre o débito. Na prática, o trabalhador contrata um novo crédito, em condições

mais vantajosas, para quitar integralmente o empréstimo anterior.

Quem pode participar

O programa atende pessoas físicas que não tenham vínculo formal de emprego ativo. Também é necessário não ocupar cargo, emprego ou função pública e não receber aposentadoria nem pensão previdenciária. O enquadramento será verificado no momento da contratação, e a concessão do novo crédito continuará sujeita à análise da instituição financeira.

A dívida precisa ser de crédito pessoal não consignado, inclusive empréstimos resultantes da consolidação de outros débitos. O contrato deve ter pelo menos quatro parcelas pagas até 28 de junho, dia anterior à publicação da medida provisória, e saldo devedor

de até R\$ 15 mil por instituição financeira. Caso o trabalhador tenha mais de um empréstimo elegível no mesmo banco, a soma dos saldos também deverá respeitar esse limite.

Além disso, a operação precisava estar em dia ou com atraso de até 90 dias na data de criação do programa e deverá permanecer dentro desse limite no momento da contratação do novo crédito.

Não podem ser incluídas dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito rural ou operações que tenham garantia real.

Parcela menor e juros limitados

A taxa do novo empréstimo não poderá ultrapassar 1,99% ao mês nem ser superior à cobrada na dívida original. A prestação deverá corresponder a, no máximo, 90% do valor da parcela anterior, com piso de R\$ 50.

O prazo de pagamento será equivalente ao período que ainda restava no contrato antigo, mas poderá ser ampliado. A extensão chega a um mês quando houver até seis parcelas a vencer, a dois meses para contratos com sete a 12 parcelas restantes, a quatro meses quando faltarem de 13 a 24 prestações e a seis meses nos casos com mais de 24 parcelas pela frente.

O trabalhador também poderá receber crédito adicional equivalente a até 50% do saldo devedor original. Para isso, o valor da nova prestação, já com o recurso extra, deverá continuar limitado a 90% da parcela anterior.

As operações terão o apoio do Fundo Garantidor de Operações. A garantia poderá cobrir integralmente cada contrato, respeitado o limite de 50% da carteira de crédito vinculada ao programa em

cada instituição. O mecanismo reduz o risco para os bancos e ajuda a viabilizar a oferta das novas condições.

Se o débito antigo tiver provocado a inclusão do nome do trabalhador em cadastro de inadimplentes, a instituição deverá retirar o registro imediatamente após o pagamento da primeira parcela da nova operação.

Negociação é feita diretamente com os bancos

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal estão confirmados no programa. Outras instituições autorizadas pelo Banco Central também poderão aderir e combinar recursos próprios com os aportados pela União.

O trabalhador deve procurar diretamente os canais oficiais do banco para verificar a participação e solicitar a análise. Caso a instituição onde a dívida foi contraída não tenha aderido, será possível buscar outro banco participante, que poderá conceder o novo crédito para quitar o contrato antigo.

O Ministério da Fazenda alerta que não envia links, mensagens digitais ou SMS para renegociação de dívidas. Qualquer proposta deve ser conferida diretamente com a instituição financeira.

As regras completas podem ser consultadas no perguntas e respostas oficial do Desenrola Adimplentes.

Novo Desenrola já renegociou R\$ 22 bi em 2026

Lançado pelo Governo Lula em maio, o Novo Desenrola Brasil já havia viabilizado, até 23 de julho, 3,6 milhões de operações, com R\$

22 bilhões em dívidas renegociadas. Segundo o balanço mais recente do Ministério da Fazenda, aproximadamente 9 milhões de famílias foram alcançadas pelas diferentes ações do programa, incluindo 5 milhões de pessoas que tiveram o nome retirado dos cadastros de inadimplentes.

A edição atual atende famílias com renda de até cinco salários mínimos e oferece condições especiais para dívidas de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal. Inicialmente prevista para terminar em 3 de agosto, a fase de renegociações foi prorrogada até 31 de agosto.

Os resultados de 2026 se somam aos da primeira edição do Desenrola Brasil, realizada entre julho de 2023 e maio de 2024, que beneficiou 15,06 milhões de pessoas e permitiu a renegociação de R\$ 53,07 bilhões.

Agora, com o Desenrola Adimplentes, o Governo Lula acrescenta uma frente preventiva à política, oferecendo juros menores a trabalhadores informais e autônomos antes que os atrasos se transformem em inadimplência prolongada.

Bloqueio temporário em plataformas de apostas

Ao aderir ao Desenrola, o participante também assumirá o compromisso de não utilizar plataformas de apostas de quota fixa durante seis meses. Nesse período, o CPF ficará bloqueado para cadastro, acesso, movimentações e apostas nas empresas autorizadas a operar no país.

A medida integra a proteção financeira prevista no programa e busca evitar que os recursos liberados para reorganizar o orçamento do trabalhador sejam direcionados às bets. ■



Vozes indígenas na ONU: desafios para a participação real

Da Liga das Nações à COP 30, os povos indígenas conquistaram espaço nas arenas globais. Porém, ainda falta transformar presença em poder de decisão sobre os seus direitos

Por Marina A. R. de Mattos Vieira

Em 9 de agosto é celebrado o dia internacional dos povos indígenas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). A data remete à primeira reunião, em 1982, do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. Apesar dos poderes restritos deste GT dentro do sistema ONU, de forma inédita, lideranças indígenas puderam exercer influência direta nas discussões sobre os seus direitos a nível global. O resultado desse processo cheio de embates, 25 anos mais tarde, foi a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Em ocasião dessa celebração, é

oportuno refletir sobre o acesso crescente dos povos indígenas a espaços considerados de elite na cena internacional e alguns desafios remanescentes.

A primeira vez que uma liderança indígena tentou ser ouvida no sistema global remonta à Liga das Nações, substituída pela ONU em 1945. O chefe Deskaheh, representando as Seis Nações da Confederação Iroquesa da América do Norte, viajou a Genebra em 1923 com o intuito de que a soberania desses povos fosse reconhecida, mas nem sequer foi autorizado a entrar. Resistindo às barreiras impostas ao seu acesso, no entanto, os povos indígenas conquistaram, ao longo do século, espaços significativos para participar das decisões relativas aos seus próprios direitos na ONU. Os exemplos mais emblemáticos são o Fórum Permanente sobre Questões

Indígenas (UNFPII), fundado em 2000; a Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas (SRIP), cujo primeiro mandato foi estabelecido em 2001; e o Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP), criado em 2007, dando sequência ao trabalho daquele grupo de trabalho que elaborou a Declaração.

Têm um destaque especial os diálogos promovidos pelo SRIP e EMRIP, que permitem uma articulação mais direta entre indígenas e Estados no Conselho de Direitos Humanos. A conversa, porém, é limitada a depoimentos de menos de cinco minutos, apenas nas línguas oficiais da ONU e em cadeiras reservadas para “organizações da sociedade civil” e não exatamente para as organizações dos povos indígenas. Frente a essas limitações e aos conflitos subjacentes entre os interesses

dos povos indígenas e de alguns governos nacionais, não é raro observarmos os discursos das lideranças serem interrompidos pela mesa e deslegitimados pelos representantes governamentais.

Ainda assim, a participação brasileira nesses diálogos é surpreendentemente alta em relação a outros países e ganhou um impulso grande a partir de 2016, em resposta ao agravamento das ameaças aos direitos indígenas no país, que atingiu seu maior pico durante o governo declaradamente anti-indígena de Jair Bolsonaro. No mesmo período, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), maior instância de representação do movimento indígena a nível nacional, denunciou aquele governo como genocida frente ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, acessando outra arena de relevo, só que no âmbito jurídico.

Em contextos de conflito interno, esses espaços globais assumem especial importância para dar visibilidade às violações praticadas por determinados governos. Porém, a denúncia internacional pode ter um custo alto para as lideranças, que são ainda mais ameaçadas e até mesmo perseguidas quando retornam para casa. Foi o que aconteceu com uma das atuais peritas do EMRIP, Anexa Cunningham, indígena do povo Miskitu da Nicarágua, que foi exilada de seu país por fazer oposição ao governo de Ortega internacionalmente.

Da mesma forma que a perita, Mário Juruna enfrentou os entraves internos no Brasil e recorreu ao Tribunal Russell, na Holanda, em 1980, para denunciar as violências e violações cometidas pelos governos militares e o órgão indigenista oficial contra os povos indígenas na época. Uma década mais tarde e já em um país redemocratizado, Juruna conquistou outro marco ao ter sido a primeira

liderança a discursar na plenária de uma conferência mundial da ONU, a ECO-92. O evento conferiu visibilidade internacional às demandas dos povos indígenas e contribuiu para que a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica incorporassem referências aos seus direitos.

A partir de então, ficou cada vez mais presente no discurso indígena a associação entre proteção de seus territórios e a conservação da natureza e do clima. Na Conferência das Partes (COP) 16 da Biodiversidade, ocorrida em Cali no ano de 2004, o movimento indígena brasileiro, junto com outros aliados internacionais, lançou a campanha “A resposta somos nós”. Visando a mobilização rumo à COP 30 sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu no ano seguinte na cidade amazônica de Belém, a Campanha posiciona os povos indígenas no centro do debate e afirma: “Proteger os territórios é proteger toda a vida no planeta”.

Quanto à participação indígena, a campanha declarou: “Não aceitaremos ser figurantes de uma encenação que decide o destino do clima — e de nossas vidas — longe de nós. Justiça climática se constrói com participação real, não a portas fechadas”. Neste mote, o movimento indígena reivindicou a co-presidência da COP 30, porém não foi atendido. Por sua vez, André Corrêa do Lago, presidente da Conferência, convidou a já reconhecida liderança nesse tema Sinéia Wapichana para ser a Enviada Especial nas articulações entre o movimento e as Nações Unidas. Wapichana também é a co-presidenta do Caucus Indígena, fórum criado em 2008, que reúne povos indígenas de todo o mundo para definir posições comuns sobre as Mudanças Climáticas.

Aquela foi a COP com a maior participação indígena da história,

chegando à marca de 5 mil pessoas, mas não foi isenta de condições. Ao passo em que Antônio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, recebeu uma delegação indígena para ouvir as suas prioridades no espaço reservado para as negociações de alto nível, a Zona Azul, houve duas manifestações do lado de fora, em frente desta mesma área, feitas por grupos indígenas que também queriam ser escutados. Somado às diversas reclamações feitas por lideranças sobre o espaço reduzido para diálogo naqueles dias da Conferência, esse descompasso entre o que acontece dentro e fora da Zona Azul indica que ainda há uma certa frustração em relação à “participação real” que o movimento havia reivindicado.

Como afirmou Karla General quase um século depois de seu bisavô iroquês não ter sido ouvido pela Liga das Nações, “o acesso de vozes autênticas e representativas de povos indígenas ainda são negadas nas Nações Unidas”. Embora os indígenas tenham conquistado maior acesso a esses espaços e cada vez melhor manejam as maneiras de traduzir suas demandas no formato da diplomacia internacional, de Belém à Genebra, persistem obstáculos estruturais que restringem a participação plena, segura e autônoma dos povos indígenas nas arenas globais.

A autora agradece a revisão do texto feita gentilmente por Sinéia Wapichana e as autorizações para o uso das fotos. ■

Por Marina A. R. de Mattos Vieira é assessora de organizações indígenas na articulação política e governança territorial desde 2015, principalmente com os povos Yanomami e Ye'kwana. Atualmente, colabora na gestão de projetos junto à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e desenvolve um doutorado em Ciência Política na Unicamp, sobre a interação do movimento indígena com o Estado brasileiro.



Congresso inicia “esforço concentrado” para votações antes das eleições

Câmara prioriza sete medidas provisórias que caducam em agosto e pautas do agronegócio; Senado deve votar os estatutos do Aprendiz e da Vítima, e LDO de 2027 vai à Comissão Mista de Orçamento na terça

Fernanda Otero

Câmara e Senado abrem nesta segunda-feira, 10, a primeira das duas janelas de esforço concentrado de votações antes do primeiro turno das eleições, em 4 de outubro. A segunda janela vai de 31 de agosto a 3 de setembro.

Com o período de registro de candidaturas em agosto e o início da campanha eleitoral marcado para o dia 15, os partidos estão realizando convenções, definindo e registrando candidaturas, o que reduz significativamente o tempo disponível para a atividade legislativa.

Na Câmara, a pauta será definida em reunião de líderes na terça-feira, 11. Segundo Manuella

Nonô, coordenadora da área de direito eleitoral da Consultoria Legislativa da Casa, a tendência é que temas polêmicos fiquem para depois das eleições. “As propostas, principalmente econômicas, que tendem a ter mais chance de avançar são as que abrem créditos extraordinários a setores produtivos, as que são pautas de consenso que beneficiam todos os eleitores e medidas econômicas de efeito concreto”, afirmou. “Isso tem muito mais chance de ser votado do que reformas estruturais e matérias polêmicas.”

MPs

Entre as prioridades estão sete medidas provisórias editadas no início do ano que perdem validade se não forem aprovadas pelas duas Casas até o fim de agosto. A MP 1355/26 institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias, o Novo Desenrola Brasil, voltado à renegociação de dívidas com instituições financeiras. A MP 1349/26 cria ajuda financeira a importadores de óleo diesel e gás de cozinha para evitar desabastecimento em razão da guerra no Oriente Médio, além de apoio ao setor aéreo.

Na mesma linha, o PLP 114/26, do governo, cria subsídios às em-



presas do setor de combustíveis para reduzir o impacto da guerra entre os Estados Unidos e o Irã nos preços do diesel, do biodiesel, da gasolina, do etanol e do querosene de aviação.

Fim da Escala 6×1 pronto para pauta no Senado

No Senado, está pronto para pauta o PL 1838/26, do Executivo, que reduz a jornada normal de trabalho para 40 horas semanais e assegura dois dias de repouso semanal remunerado sem redução de salário — regulamentação da PEC aprovada pelos deputados no primeiro semestre.

Sem consenso entre os partidos, o PL 896/23, que torna o incentivo à violência contra a mulher crime inafiançável, a exemplo do racismo, segue à espera de acordo.

Também podem ser votadas propostas apresentadas como prioridade pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Uma delas, o PL 2898/25, suspende por dois anos sanções e embargos ambien-

tais a pequenos produtores rurais. O governo é contrário ao texto, sob o argumento de que, na Amazônia Legal, a medida alcançaria propriedades de até 400 hectares.

A votação do parecer da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 na Comissão Mista de Orçamento também está marcada para o dia 11, com previsão de reunião conjunta das duas Casas em data ainda não confirmada.

Já na quarta-feira, dia 12, os senadores devem analisar o Estatuto do Aprendiz (PL 6.461/2019), aprovado pela Câmara, que cria um novo marco legal para a aprendizagem profissional de jovens e pessoas com deficiência. O texto mantém a faixa etária de 14 a 24 anos, salvo para pessoas com deficiência; fixa contrato de até dois anos, com extensão a três anos para alunos de cursos técnicos; determina que a formação teórica corresponda a pelo menos 20% da carga horária ou 400 horas, incluída a preparação para o enfrentamento do assédio no trabalho; garante vale-transporte, férias coincidentes com o

calendário escolar para menores de 18 anos e proteção à aprendiz gestante. O projeto também prevê multas às empresas que descumprirem as cotas e cria a Conta Especial da Aprendizagem Profissional, vinculada ao FAT.

Na mesma sessão deve entrar o Estatuto da Vítima (PL 3.890/2020), que estabelece direitos para pessoas atingidas por crimes, atos infracionais, calamidades públicas, desastres ou epidemias. O texto assegura o acesso a informações sobre o andamento do caso, a participação no processo, a assistência jurídica gratuita, a indenização e o ressarcimento, e ao atendimento médico, psicológico e social. Prevê ainda medidas contra a revitimização — proteção de dados pessoais, depoimento em ambiente separado do acusado, limites à repetição de perícias e proibição de perguntas vexatórias — e organiza uma rede de atendimento, com abrigos provisórios para vítimas em risco iminente. ■

(Informações da Agência Câmara e da Agência Senado)



Substituta de Sergio Moro na Lava Jato, Gabriela Hardt é afastada por 2 anos pelo CNJ

A magistrada é suspeita de criar um arranjo institucional ilegal para administrar dinheiro público com recursos da Lava Jato

Henrique Nunes

O Conselho Nacional de Justiça afastou, nesta terça-feira (4), a juíza Gabriela Hardt por dois anos de suas funções. A magistrada é suspeita de criar um arranjo institucional ilegal para administrar dinheiro público com recursos da Lava Jato. Ela teria tentado redirecionar cerca de R\$ 2,5 bilhões de reais do Estado Brasileiro para criação de fundação.

Segundo as apurações, a juíza teria enquadrado a Petrobras na condição de vítima para viabilizar a destinação de verbas oriundas de acordos de leniência

e colaboração premiada à entidade privada, a qual seria gerida por integrantes da força-tarefa da operação.

Hardt atuou como substituta de Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba durante a Operação Lava Jato. Apuração contra a magistrada foi aberta em 2024 após fiscalização feita pela Corregedoria que apontou que Hardt participou de um esquema para criar uma fundação privada que seria abastecida com recursos da Lava Jato.

A 13ª Vara Federal, segundo levantamento, teria enquadrado a Petrobras na condição de vítima para viabilizar a destinação de verbas oriundas de acordo e colaboração premiada à entidade privada. Gabriela foi alvo de um

processo administrativo disciplinar no CNJ por ter homologado, em 2019, o acordo entre a Força-Tarefa da Lava Jato e a Petrobras para devolução de recursos que estavam nos Estados Unidos e foram desviados da estatal.

Hardt era investigada por ter homologado o “acordo de assunção de compromissos”, o que permitira a criação da fundação. Relatórios apontam que a juíza discutiu previamente os termos do acordo com procuradores da Lava Jato, entre eles Deltan Dallagnol, atual ministro da Fazenda.

O afastamento do cargo, chamado de “pena de disponibilidade”, é a segunda sanção mais grave prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). O magistrado fica afastado, mas continua com vencimentos proporcionais e fica proibido de exercer outras funções, como advocacia ou cargo público.

Perseguição a Lula e ao PT

Hardt é paranaense, tem 47 anos e cresceu em São Mateus do Sul. Formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde o ex-juiz Sérgio Moro dava aulas, ela prestou concurso para a Justiça Federal em 2007 e foi nomeada juíza dois anos depois, para uma vaga em Paranguá, no litoral do estado.

Em novembro de 2018 ela assumiu o cargo e ficou à frente da 13ª Vara Federal de forma provisória quando Moro deixou a magistratura para virar ministro do governo Bolsonaro.

A juíza ganhou notoriedade pela postura agressiva durante a prisão política de Lula. Na época, a defesa do atual presidente denunciou a prática de plágio por parte de Hardt por ter escrito sentença muito semelhante à apresentada por Moro. A juíza não negou a informação. ■



Centro MariAntonia recebe exposição sobre pesquisa forense e memória

Redação Focus Brasil

O Centro MariAntonia da Universidade de São Paulo (USP) inaugura na sexta-feira, 14 de agosto, às 18h, a exposição **Fazer falar os ossos: engajamentos presentes com o passado**. Com entrada gratuita, a mostra apresenta o trabalho de pesquisadores e especialistas forenses envolvidos na investigação de pessoas assassinadas ou desaparecidas durante a ditadura militar brasileira.

A exposição reúne duas perspectivas complementares. A primeira acompanha a atuação de especialistas do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), ligado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A segunda apresenta o olhar de pesquisadores das ciências sociais e da linguística sobre os procedimentos, as interações e os conhecimentos mobilizados no cotidiano do laboratório.

Desde 2022, as atividades desenvolvidas pelos especialistas forenses vêm sendo documentadas diariamente em vídeo. Os registros permitem observar como vestígios humanos e materiais são analisados e como diferentes áreas do conhecimento colaboram na tentativa de reconstruir histó-

rias interrompidas pela violência de Estado.

Ao aproximar o público desse trabalho, a exposição discute a contribuição da antropologia forense para a investigação de violações de direitos humanos e para a busca de respostas às famílias de mortos e desaparecidos. A proposta também evidencia que o passado permanece em disputa e que a produção de conhecimento pode contribuir para revelar acontecimentos ainda encobertos.

A curadoria é de Lorenza Mondada, docente da Universidade da Basileia, na Suíça, e de Fernanda Cruz e Edson Teles, da Unifesp. O projeto articula pesquisa científica, documentação audiovisual e reflexão sobre as relações entre memória, verdade e Justiça.

Espaço de memória e produção cultural

Vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, o Centro MariAntonia atua na divulgação da pesquisa interdisciplinar e na promoção de exposições, cursos, cinema, palestras, debates e outras atividades abertas ao público. Sua programação aborda temas como direitos humanos, ciência, arte, democracia e produção do conhecimento.

O centro ocupa dois edifícios históricos na Rua Maria Antônia,

na região central de São Paulo. Construídos na década de 1930, os prédios passaram a abrigar, a partir de 1949, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, importante espaço de formação intelectual e mobilização política.

Em outubro de 1968, a rua foi palco do confronto conhecido como Batalha da Maria Antônia, quando estudantes da USP foram atacados por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas instalados na Universidade Presbiteriana Mackenzie. O episódio ocorreu durante o agravamento da repressão da ditadura e tornou o local um símbolo da resistência estudantil e da luta democrática.

Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo em 1988, o conjunto foi inaugurado como centro cultural em 1993. Desde então, o MariAntonia preserva a memória daquele período e mantém uma programação voltada ao pensamento crítico e à aproximação entre universidade e sociedade.

A realização de **Fazer falar os ossos** nesse espaço estabelece um diálogo entre o tema da exposição e a própria história do local. Ao apresentar investigações sobre mortos e desaparecidos políticos, a mostra reforça a importância da preservação da memória e do conhecimento sobre as violações cometidas pelo Estado brasileiro. ■

Serviço

Exposição: Fazer falar os ossos: engajamentos presentes com o passado

Abertura: sexta-feira, 14 de agosto, às 18h

Local: Centro MariAntonia da USP

Endereço: Rua Maria Antônia, 258, Vila Buarque, São Paulo (SP)
Visitação: de terça-feira a domingo e nos feriados, das 10h às 18h
Entrada: gratuita.



Após título mundial do Flor Ribeirinha, Ismael Diniz afirma: “O Brasil tem essa dificuldade de olhar para dentro”

Demais candidatos permanecem em patamares de um dígito: Ronaldo Caiado tem 5%, Renan Santos, 4%, e Romeu Zema, 3%

Luiz Gustavo Pires

No último sábado, 1º de agosto, um grupo nascido numa comunidade ribeirinha às margens do rio Cuiabá subiu ao palco de um teatro em Istambul e voltou campeão do mundo pela quinta vez. O Flor Ribeirinha, de São Gonçalo Beira Rio, venceu o 27º Campeonato Mundial de Folclore, na Turquia,

representando o Brasil diante de grupos folclóricos de diversos países. Foi o quinto título internacional de uma trajetória que começou em 2017, também na Turquia, e passou pela Polônia, em 2021, pela Bulgária, em 2022, e pela Coreia do Sul, em 2023.

Com mais de três décadas de estrada, o grupo foi fundado por Domingas Leonor da Silva, a Dona Domingas, e se dedica à pesquisa, à preservação e à recriação da cultura popular mato-grossense. Em Istambul, uma comitiva de cerca

de 80 pessoas levou ao circuito competitivo e também ao palco aberto, para o público em geral, o siriri e a viola de cocho, marcas da cultura do Centro-Oeste, ao lado do Boi-Bumbá e do samba. A competição integra o calendário da Federação de Festivais Internacionais de Dança (FIDAF).

Na comitiva estava Ismael Diniz, 28 anos. Nascido e criado em Cáceres, no interior de Mato Grosso, começou aos 7 anos nas danças urbanas, até ser arrebatado pela cultura popular. Passou

quatro anos num grupo de projeção folclórica antes de chegar ao Flor Ribeirinha, onde está há cinco anos como dançarino, coreógrafo e professor nos projetos sociais.

Artista independente, ator e teatrego, fez em Istambul sua primeira turnê competitiva, depois de temporadas de mostra na Bélgica, na França e em Nova York. Nesta viagem, integrou o corpo de baile e ajudou a apurar a construção cênica do quadro de Boi-Bumbá, a mais narrativa das peças, com seus personagens e sua carga dramática.

A conquista recoloca uma pergunta que o Brasil costuma driblar: por que um país tão plural ainda custa a reconhecer como produção artística sofisticada aquilo que nasce fora do eixo Rio-São Paulo, nas comunidades, nos quintais e nos territórios tradicionais? Foi sobre isso e sobre o que uma vitória dessas devolve, de concreto, ao lugar de onde veio que conversamos com Ismael.

- Que Brasil entrou no palco com vocês em Istambul? O que de Mato Grosso, de São Gonçalo Beira Rio, estava ali junto com o corpo de baile?

- A gente levou vários Brasis para o circuito competitivo, para os desfiles, para as mostras: o Brasil do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste. Mas o momento de que a gente mais gosta, e o que nos deixou mais eufóricos, foi a apresentação de Mato Grosso, porque é a nossa terra, é o siriri, é uma coisa que está no sangue. Dançar o siriri é um dos momentos mais emocionantes para a gente.

As apresentações do circuito competitivo são num teatro fechado, geralmente só para os jurados. O siriri, não: foi para o palco aberto, para o público de Istambul, e outros grupos também puderam assistir. É o momento em que a

gente abre a nossa cultura para o território onde está. Levar o Brasil de Mato Grosso foi, de fato, muito gostoso.

- Você foi como dançarino, mas também é ator e deu uma orientação na parte cênica do Boi-Bumbá. O que precisava acontecer no corpo dos dançarinos para aquilo não ser apenas dançado, mas vivido?

- Fui como corpo de baile, mas com a missão de aprimorar a parte cênica dos dançarinos no quadro de Boi-Bumbá, o nosso quadro do circuito competitivo, apresentado no teatro para um público mais reduzido e, principalmente, para os jurados.

O Boi-Bumbá é muito narrativo. Olhando para a cultura de Parintins, sempre há uma temática, as toadas têm uma temática, e a gente tem personagens muito bem definidos: o pajé, o tuxaua, as cunhãs-porangas, a rainha do folclore, a sinhá da fazenda. E o corpo de dançarinos, que são as tribos indígenas, precisa de uma expressão diferente, de uma aura diferente. Cada item tem a sua.

É um quadro que leva outras linguagens, porque a gente não vai só executar um movimento. O Brasil é riquíssimo nisso: temos diversas manifestações de dança, e cada grupo tem a sua especificidade. No frevo, você tem a euforia, a alegria; no siriri também. No Boi-Bumbá, você tem uma interpretação, uma carga dramática. A própria toada que a gente dança, “A celebração da fé”, fala de comunidades contando a celebração do indígena pela natureza.

O trabalho, nos ensaios, no Brasil é reforçado em Istambul, era levar para o corpo dos dançarinos toda essa essência do que a gente representa: os povos originários, a ancestralidade, a cultura do Norte. Como é que isso vai, de fato, para o corpo, para a expressão, para o rosto? A gente precisa

dançar com plena consciência do que está levando ao palco, do que está dizendo. Por mais que o público possa não entender, é preciso criar uma atmosfera que chegue até ele. E a dança consegue fazer isso pela expressão.

- Em que momento vocês sentiram que estavam sendo compreendidos, e não apenas assistidos? Que Brasil as outras delegações imaginavam antes e talvez depois?

- Que pergunta boa. Nas interações que a gente teve, até antes de a gente se apresentar, o público da Turquia, os grupos de dança de lá e as outras delegações já vinham interagir com a gente fazendo o passinho do Jamal, que nasceu no Recife. Eles já tinham uma proximidade enorme com a cultura brasileira por causa dessa globalização pela internet; o Brasil consegue um alcance danado. Ali a gente viu que não seria só assistido: estava sendo compreendido pela dança, por uma energia que chega até eles sem ser presencialmente.

Quando a gente se apresentava, ficavam encantados com os figurinos, com as músicas, com os músicos. A música ao vivo faz toda a diferença. Trocamos bastante com o grupo do Daguestão, que é uma federação da Rússia. Eles queriam fazer um intercâmbio: ensinar a técnica que têm na ponta do pé, uma dança em que homens e mulheres dançam na ponta dos pés, em troca de a gente passar o sapateado gaúcho. Eles têm sapateado, giros de joelho, como os nossos gaúchos.

Eu fiquei impressionado: uma delegação da Rússia com conhecimento das tradições gaúchas do Brasil, interessada em aprender mais. Achei incrível como a gente já se conhecia de longe.

E muita gente perguntava de onde a gente era. Quando a gente falava “Brasil”, vinha na hora: “Do

Rio de Janeiro?”. “Não, Centro-Oeste, Mato Grosso.” Um perguntou se os músicos eram do Rio; eu disse que não, somos todos do Centro-Oeste. Para eles, era um impacto descobrir essas manifestações, essas pessoas, perceber, para além do samba, que o Brasil é plural assim.

Não tem problema nenhum ver o Brasil pelo cartão-postal. Mas esses festivais de folclore fazem com que eles fiquem realmente encantados. Quando veem o siriri, uma manifestação tradicional de Mato Grosso, ficam impressionados com a potência: “Caraca, o Brasil é muito plural!”.

- Essa conquista fala de uma potência artística que existe fora do eixo Rio-São Paulo. O Brasil ainda custa a reconhecer como sofisticado o que nasce das comunidades tradicionais?

- Sim, sem dúvida. Fala muito dessa potência fora do eixo Rio-São Paulo, e é importante falar sobre isso. No Flor Ribeirinha, já faz alguns anos que a gente compete com o quadro do Norte, o Boi-Bumbá. Temos uma parceria muito interessante com o Norte, principalmente com o Boi Caprichoso. Tanto que o nosso diretor, Avinner Silva, esteve este ano no Festival de Parintins, junto com o Caprichoso. Levar isso para fora, mostrar esse Brasil plural, com o siriri e com o Boi-Bumbá, é de extrema importância.

Porque, se você pensar, até o Festival de Parintins, com toda a grandiosidade que tem, não era muito conhecido pelo Brasil. Teve um boom com a cunhã-poranga, com a Isabelle no BBB; um novo boom com a Marcelle. E, mesmo assim, isso chega a muita gente como novidade.

A gente está no mesmo lugar com Mato Grosso, não só com o siriri, mas com o rasqueado, com o lambadão. O Brasil tem essa di-

ficuldade de olhar para dentro. É um verdadeiro choque cultural quando a gente leva essas manifestações para fora e, quando a gente ganha, quando sai a notícia, as pessoas veem um grupo de Mato Grosso levando manifestações folclóricas de várias regiões. Porque a gente trabalha com danças do Brasil todo, sempre pesquisando, indo à fonte.

E eu digo isso não só do público. As próprias escolas, as academias, a universidade precisam olhar mais para essas manifestações, que são tão importantes quanto as que nascem dentro das academias, do balé clássico inclusive. Porque o folclore, as tradições que vêm das comunidades, dos quintais, têm um formato, têm um estudo, têm uma base. São feitas do povo para o povo.

- Depois que o aplauso acaba e a comitiva volta para casa, o que uma vitória dessas deixa de concreto para o território? Que futuro você queria que ela ajudasse a construir?

- Quando os aplausos acabam e a gente volta para a nossa terra, eu penso muito nisso. Mato Grosso ainda tem uma coisa de não se olhar muito. Se você for para o norte do estado, não há tanta cultura do siriri. Tem a ver com o próprio processo de formação de Mato Grosso. Quando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um só estado, houve um cruzamento de culturas.

A cultura dos CTGs, dos Centros de Tradições Gaúchas, é muito forte e, há muito tempo, veio com uma ideia que eu vejo como neocolonialista: a de “aprimorar” ou “limpar” a cultura que representaria Mato Grosso. Esses embates ainda existem. O siriri não está no estado inteiro, não é reconhecido no estado inteiro. Até na própria capital, é muito recente a gente ter políticas públicas volta-

das para a nossa cultura popular, o siriri, o rasqueado e o lambadão.

Acho que essas conquistas, esses prêmios que a gente consegue, têm dado mais visibilidade. Conseguimos que a TV Centro América acompanhasse a gente; vamos ter um link ao vivo com o programa Encontro. E isso reverbera de forma muito positiva para que outros grupos possam prosperar, alcançar mais lugares, mais reconhecimento, mais espaço, inclusive dentro do nosso território.

Porque o siriri, as danças tradicionais do siriri e do Boi à Serra, se estendem para além de Cuiabá: tem em Cáceres, em Varginha, em Santo Antônio, em Mimoso, em Várzea Grande.

Para o futuro, eu vejo isso com muito primor e muita esperança de que agregue e se espalhe para os outros grupos. É como naquela música que Maria Bethânia interpreta: “Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”. É sempre um trabalho de rede.

- O que você traz de Istambul que não cabe numa medalha? O que essa viagem fez você entender que não sabia antes de ir?

- Muita coisa. Das quatro viagens que eu já fiz, Bélgica, França, Saint-Malo e Nova York, esta foi a minha primeira em turnê competitiva, embora eu já conhecesse essa competição na Turquia. Fiquei encantado. Foi uma das melhores viagens que fiz, pela receptividade das pessoas de lá, e não só dos grupos: o pessoal que trabalhava na cozinha mandou mensagem depois, agradecendo. Uma receptividade que me deixou muito feliz.

E tem uma coisa que eu venho percebendo desde a minha primeira viagem: a arte e a cultura não têm língua, não têm fronteira. A gente acaba falando a mesma língua, a gente se entende. Fica tudo muito próximo, porque todo mundo está ligado pela cultura, pela arte. ■



Premiado no Festival Grande Otelo, filme Manas é retrato indigesto e urgente do país

Lançado em 2025, filme dirigido por Marianna Brennand aborda o abuso infantil dentro da estrutura familiar; em 2025, Brasil registrou quase 60 mil casos do tipo

Henrique Nunes

Ao ser anunciado como um dos vencedores do Prêmio Grande Otelo no último dia 4, o filme *Manas* mostrou que o cinema nacional vive de fato um grande fase. Embora não tenha uma trajetória tão consagrada quanto *O Agente Secreto*, com quem dividiu a categoria principal, o filme dirigido por Marianna Brennand é ainda mais urgente por se tratar de tema tão espinhoso: o abuso infantil e a violência contra as mulheres.

Lançado em 2024 no aclamado Festival de Veneza, de onde saiu como o prêmio de melhor direção, *Manas* foi, pouco a pouco, mostrando a sua força por onde passava. Acumulou outras 30 honrarias mundo afora até chegar às salas de cinema no ano seguinte.

Com a repercussão prévia, a exibição ao público chegou com

enormes expectativas, endossada também por boas avaliações da imprensa especializada. Nas manchetes do *The New York Times*, por exemplo, o filme foi chamado de “hipnotizante, documental e comovente”.

Mas o que faz de *Manas* um filme tão impactante? Além da sensível direção, que nos poupa enxergar o sofrimento da protagonista, mas não de sentir o que ela passa, *Manas* leva para a sétima arte um tema que pouca gente teria coragem de transformar em roteiro.

Na história, Marcielle (Jamilli Correa), uma menina de 13 anos, vive numa cabana com a família na ilha Marajó, sobre palafitas no Rio Amazonas. A relação com o pai Márcilio (Rômulo Braga) logo indica que aquele afeto sugere camadas não ditas e perigosas. Percebemos nos gestos, no desconforto de Marcielle e, aos poucos, na busca da própria protagonista por uma fuga deste abismo em que não escolheu estar.

A natureza ao redor endossa o sofrimento e, embora a câmera esteja sempre em close, todo personagem parece desconectado um do outro. Isso até que uma rede de proteção comece a se formar a partir destas vozes que saem do cansaço e da dor.

Tratar violência sexual na infância no cinema é tarefa das mais difíceis e só uma diretora com o talento de Marianna Brennand seria capaz de transformar isso em arte – sem que isso signifique romantizar o tema. E, em tempos de violência recorde contra mulheres no Brasil, ver *Manas* não é um filme fácil de ver, mas ajuda a entender os paradoxos da estrutura familiar conservadora no país.

Números de casos no país impressionam

O Brasil registrou 59.887 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2025, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. Nos últimos 11 anos, o país acumulou 422.994 registros desse tipo de violência, um aumento de 183,5% no período.

As notificações registradas em 2025 representam um dos maiores números da série histórica iniciada em 2009. O total fica próximo ao registrado em 2024, quando houve 60.805 notificações. O Sudeste foi a região que mais registrou ocorrências.

Em 2015, o país contabilizou 21.122 casos. Desde então, os números cresceram de forma contínua, com exceção de oscilações pontuais ao longo da série histórica.

Os números podem ser ainda maiores, já que muitos episódios de violência sexual nunca chegam ao conhecimento das autoridades, seja pelo medo da vítima, pelo vínculo com o agressor ou pela falta de informação sobre os canais de denúncia disponíveis. ■



Vianinha: 90 anos da paixão pela arte e a arte da paixão

Artigo de Alberto Cantalice percorre a trajetória de Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, referência do teatro brasileiro, da militância comunista e da resistência cultural à ditadura

Alberto Cantalice

Em São Paulo, às vésperas do Estado Novo proclamado pelo então presidente Getúlio Vargas, o casal de dramaturgos e radionovelistas Deocélia Vianna e Oduvaldo Vianna trazia à luz o rebento Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha. Um lar de intelectuais e militantes comunistas que vivia sob os rescaldos da Intentona protagonizada pelo antigo PCB (Partido Comunista do Brasil), que mobilizou militares (sempre eles) na intenção de, com um putsch, derubar o governo oriundo da Revolução de 1930. Um malogro que custou a prisão, por sete anos, do líder comunista Luiz Carlos Prestes, de seus camaradas militares e de alguns civis.

Foi nesse ambiente perpas-

sado pela cultura, pela política e pela Segunda Guerra Mundial que transcorreu a primeira infância do jovem Oduvaldo, que, por ter o mesmo nome do pai, foi logo nominado Vianinha. Filho único de Deocélia, já que o pai teria filhos do seu casamento anterior, Vianinha, já no período da redemocratização, em 1945, aos 9 anos, acompanhava Deocélia nas atividades e tarefas que a mãe assumia como militante do PCB. Ainda na adolescência, ingressou nas fileiras da UJC (União da Juventude Comunista), militando no movimento dos estudantes secundários.

A vida familiar e a militância comunista, sem dúvida, moldaram o seu interesse pela arte e pela cultura, transformando-o em um intelectual orgânico — termo hoje muito difundido e defendido pelo intelectual e dirigente Antonio Gramsci nos Cadernos do

Cárcere. Seu interesse pela arte o fez, aos 17 anos, já morando em São Paulo, ingressar na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. O sonho de se tornar arquiteto, porém, foi vencido, dois anos depois, pelo teatro amador. Fundou, juntamente com o também militante Gianfrancesco Guarnieri, o Teatro Paulista do Estudante e, posteriormente, inseriu-se no Teatro de Arena, em 1956. Ainda no TPE, iniciou sua carreira de ator amador, atuando na peça Rua da Igreja, um texto do irlandês Lennox Robinson.

Sem estrutura para ensaiar e encenar, o TPE solicitou as instalações do Teatro de Arena, cuja parceria se traduziu na incorporação de Vianinha e Guarnieri ao corpo do teatro. Recém-chegado dos EUA, Augusto Boal vinha da Columbia University, onde inicialmente fora estudar Engenharia Química e, concomitantemente,

estudou dramaturgia na School of Dramatics da mesma universidade. O Brasil perdeu um PhD em Engenharia Química e ganhou um de seus mais brilhantes artistas.

O vínculo pecebista que unia os egressos do TPE foi determinante para a estética consolidada na montagem, em 1958, de *Eles Não Usam Black-Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, trazendo o dia a dia do operariado da industrializada São Paulo, suas agruras, seu sindicalismo e suas contradições para o palco. A estética “proletária” do Arena vinha na direção contrária ao movimento que deu origem à Bossa Nova, que, ambientada na classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, respirava os sinais iniciais da era JK.

Sob a alegria contagiante da conquista da Copa do Mundo de 1958, na Suécia, onde pontificou a genialidade da dupla Pelé e Garrincha, Vianinha, buscando a aproximação popular por meio do futebol, escreveu e encenou sua peça *Chapetuba Futebol Clube*, em 1959, buscando reafirmar um teatro eminentemente popular “marxista”, iniciado por *Black-Tie*. Depois de trazer para a cenografia brasileira o operário, o caminho a seguir seria sua identificação com a “paixão do povo”. O futebol.

CPC DA UNE

Na virada dos anos 1950 para 1960, a experiência no TPE levou Vianinha à criação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. Estimulado pelo PCB, Vianinha se juntou a Carlos Estevam Martins, Ferreira Gullar, Carlos Lyra, Milton Gonçalves, Leon Hirszman, Guarnieri, entre outros, na montagem de esquetes teatrais nas ruas, nas universidades e nos bairros periféricos. A busca por um teatro, cinema e música que expressassem a temática da vida das camadas populares apontava um rompimento sistemático com as características “burguesas” operadas nas artes brasileiras até então.

Foi nesse ambiente de enfrentamento ao domínio da indústria cultural estadunidense e à crescente presença das superproduções hollywoodianas dominando os cinemas brasileiros que surgiu o Cinema Novo, cuja obra inicial foi a colagem *Cinco Vezes Favela*: cinco histórias diferentes sobre as favelas cariocas, dirigidas pelos estreantes Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues e Leon Hirszman. Vianinha participou como ator, ao lado de Sadi Cabral, Waldir Onofre e Flávio Migliaccio.

Na esteira dessa efervescência artístico-cultural de múltiplas faces, surgiu a “Canção do Subdesenvolvido”, do bossanovista Carlos Lyra e do diretor e ator Chico de Assis, que se juntaram à formação do CPC.

“...O povo brasileiro, embora, pense e dance

como americano

Não come como americano

Não bebe como americano

Vive menos, sofre mais

Isso é muito importante

Muito mais do que importante

Pois difere o brasileiro dos demais

Personalidade, personalidade

Personalidade sem igual

Porém... subdesenvolvida,

Subdesenvolvida

E essa é que é a vida nacional.”

A defesa dos interesses e dos sentimentos da nacionalidade transcendeu as paredes da UNE e culminou na construção do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), que nasceu impulsionado pela luta pelas Reformas de Base do governo João Goulart e que, pela primeira vez na história brasileira, abria um cenário de mudanças sociais inclusivas que transcendiam as reformas aplicadas pelo trabalhismo getulista e pela democratização do governo JK.

Vianinha, com sua inquietude, foi, sem dúvida, um dos motores dessa iniciativa, que era coordenada pelo editor Ênio Silveira,

da editora Civilização Brasileira e também militante notório do PCB.

O GOLPE DE 1964: as ilusões perdidas

O golpe reacionário de 1964 pegou pela proa as iniciativas da UNE, do CTI e das demais forças progressistas. A reação raivosa da direita contra a cultura e a civilidade teve como uma de suas principais expressões a depredação e o incêndio da sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio, e o ataque a tiros contra os estudantes que tentaram protegê-la.

Outro fato significativo foi a publicação, nos primeiros dias de abril de 1964, no jornal *O Globo*, da lista de componentes do CTI, fundado em 1963, acusando os intelectuais subscritores de fazer parte da estratégia de “comunização” do país. Uma sordidez absoluta. Entre os fundadores figuravam, além de Ênio Silveira e Vianinha, o general Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer, Dias Gomes e Mário Lago, membros do PCB, e Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Mendes Campos e Paulo Francis, entre outros democratas sem vinculação com o PCB.

Quase todos os 223 nominados na lista de *O Globo* sofreram com cassações e IPMs (os malfadados Inquéritos Policiais Militares), uma “inovação” da nascente ditadura.

O revés no mundo da cultura e da política produzido pelo golpe civil-militar de 1964, entretanto, não arrefeceu o ânimo de Oduvaldo Vianna Filho.

Já em dezembro do mesmo ano, sob a direção do diretor teatral Augusto Boal, Vianinha se juntou aos atores e dramaturgos Paulo Pontes e Armando Costa para lançar o Grupo Opinião e produzir a montagem do *Show Opinião*, que, na sua primeira fase, apresentou a cantora carioca Nara Leão, posteriormente substituída pela estreante cantora

baiana Maria Bethânia, o sambista Zé Kéti e o artista nordestino João do Vale.

A junção artística entre as várias expressões da musicalidade já tinha sido exitosa na época do CPC. Apesar de montado em um espaço não muito grande, o espetáculo, desde a estreia, tornou-se um sucesso absoluto. A música “Opinião”, do sambista Zé Kéti, na voz de Nara Leão, funcionou como uma espécie de abre-alas do espetáculo e a primeira manifestação contra a ditadura.

*“Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio, não.”*

E, quando da substituição por Bethânia, agregou-se sua sublime interpretação de “Carcará”, de João do Vale e José Cândido da Silva.

*“Carcará
Lá no Sertão
É um bicho que avoa que nem avião
É um pássaro malvado
Tem o bico volteado que nem gavião
Carcará quando vê roça queimada
Sai voando e cantando
Carcará”*

No ano seguinte, Vianinha participa como ator na peça Liberdade, Liberdade, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, tendo a companhia de Paulo Autran e Tereza Rachel.

Estruturado como empresa a partir de 1966 e contando agora com Ferreira Gullar, Teresa Aragão, Paulo Pontes, Pichin Plá, João das Neves, Armando Costa e Denoy de Oliveira, o grupo lança o espetáculo Se Correr o Bicho Pega, Se Ficar o Bicho Come, de Vianinha e Ferreira Gullar, cujo título já é uma paródia da situação política então vigente.

Veio, em seguida, a montagem de A Saída? Onde Fica a Saída?, uma adaptação de Frederick Cock sobre a Guerra do Vietnã, escrita por Antônio Carlos Fontoura,

Armando Costa e Ferreira Gullar, com destaques para as atuações de Vianinha e Célia Helena.

Em seguida, Vianinha apresenta ao grupo a leitura da sua peça Moço em Estado de Sítio. Autor prolífico, Oduvaldo Vianna Filho viu suas principais obras serem barradas pela censura. Mesmo assim, recebeu vários prêmios nacionais e internacionais: Quatro Quadras de Terra venceu o primeiro prêmio latino-americano da Casa das Américas, em Cuba, e recebeu dois prêmios Molière por Se Correr o Bicho Pega, Se Ficar o Bicho Come e A Longa Noite de Cristal.

Em 1973, sempre buscando o alcance dos segmentos populares da sociedade, se junta novamente a Paulo Pontes e Armando Costa para, na Rede Globo, criar o seriado A Grande Família, um sucesso premiado e tão retumbante que mereceu uma releitura recentemente.

Sempre seguindo a linha política do PCB de buscar agregar os setores democráticos da sociedade para derrotar a ditadura, Vianinha participou de todas as manifestações de massa e de contestação ao regime, entre elas a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Foi um dos principais mobilizadores da classe artística, que teve uma presença massiva nos atos públicos.

O ano de 1974 seria trágico para Vianinha. O epílogo de uma trajetória de militante comunista, agitador cultural, gênio criativo e revolucionário que congregava o caráter político e a construção do liame com a cultura, instrumentos capazes de contribuir para a transformação das tragédias da vida brasileira.

A descoberta, em 1973, de um câncer já em estágio avançado não o fez desistir de escrever sua obra final, Rasga Coração. Impossibilitado de escrever, foi sua mãe, Deocélia, quem gravou os diálogos ditados por Vianinha e transcreveu o texto.

Outra tragédia foi a que se aba-

teu sobre seu partido. Derrotada a luta armada contra o regime, a ditadura se voltou para o cerco e o aniquilamento do PCB.

Vianinha, que sempre teve uma vida legal, apesar de constantemente monitorado pelos organismos de segurança, não teve tempo de ver as prisões, os assassinatos e os desaparecimentos dos comunistas que se iniciaram naquele mesmo ano. Hoje já reconhecidos como fruto de delações. Nem de compartilhar com seus camaradas a anistia pela qual lutou e que viria alguns anos depois. A vida e a obra de Oduvaldo Vianna Filho, apesar de breves, não cabem em um artigo, um ensaio ou uma lembrança temporal.

São muito mais. São raros aqueles que conseguem interpretar o cotidiano das pessoas, escapando da mera posição de narrador. Aqueles que, pelo gênio criativo, antropomorfizam a realidade em uma conjugação dialética entre arte, cultura e ciência. É essa conjugação que separa uma obra temporal de uma obra atemporal. É o que difere a obra de arte do panfleto. Do entretenimento ou da catarse, como bem diagnosticou Antonio Gramsci.

Vianinha era um desses. Um homem que poderia retratar um boleiro em Chapetuba, Lorde Bundinha em Rasga Coração ou Lineu em A Grande Família. São raros os que conseguem juntar a política e a cultura, valorando suas especificidades sem perder a essência.

Oduvaldo Vianna Filho foi um desses.

Notas e referências

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

Putsch: golpe de Estado.

MORAES, Dênis de. Vianinha: cúmplice da paixão. Rio de Janeiro: Record. Leitura importante para conhecer com profundidade a vida e a obra de Vianinha.

Terremoto, guerra e eclipse atravessam o cenário global

A semana começa sob o impacto de um terremoto de magnitude 7,4 que deixou ao menos 111 mortos na Colômbia e impôs a primeira grande crise ao recém-empossado presidente Abelardo de la Espriella



Por Fernanda Otero

No Oriente Médio, Benjamin Netanyahu rejeitou o plano de paz de 15 pontos patrocinado pelos Estados Unidos e ampliou o atrito com Donald Trump, a menos de três meses das eleições israelenses.

Os efeitos da guerra também chegaram à econo-

mia: as interrupções no Estreito de Ormuz elevaram os preços do petróleo e fizeram as importações chinesas recuarem 32% no segundo trimestre. Em outro registro, a Espanha se prepara para seu primeiro eclipse solar total em mais de um século, fenômeno que deve movimentar 1,4 bilhão de euros.

Terremoto deixa ao menos 111 mortos na Colômbia

Tremor de magnitude 7,4 é o mais forte registrado no país em uma década e impõe a primeira grande crise ao novo governo

Um terremoto de magnitude 7,4 atingiu o oeste da Colômbia na manhã desta segunda-feira, 10, deixando ao menos 111 mortos e 87 feridos. O tremor ocorreu às 7h34, no horário local, com epicentro próximo a San José del Palmar, no departamento de Chocó, no litoral do Pacífico, a cerca de 400 quilômetros de Bogotá. A profundidade foi estimada em 107 quilômetros.

Segundo o diretor do Serviço Geológico Colombiano, Julio Fierro Morales, foi o abalo mais forte registrado no país na última década. O sistema de alerta dos Estados Unidos descartou o risco de tsunami.

O maior número de mortes foi registrado em Risaralda, na região cafeeira. Em Pereira, imagens mostraram o desabamento de um edifício e o colapso parcial da fachada da igreja San José. Em Cali, terceira maior cidade do país, 25 estruturas desabaram e 12 pontos foram considerados críticos, com pessoas soterradas. Parte do Hospital Universitário do Valle cedeu e sete unidades de saúde foram evacuadas. Em Manizales, uma das torres da catedral neogótica ruuiu.

Os voos foram suspensos nos aeroportos de Pereira, Manizales, Quibdó, Armênia, Cartago e Buenaventura. O tremor foi sentido

em todo o país, além de Equador, Panamá e Venezuela.

O desastre representa o primeiro grande teste do presidente Abelardo de la Espriella, empossado na sexta-feira, 7. Ele convocou um comitê de emergência, declarou situação de desastre nacional e anunciou a instalação de um centro de operações em San José del Palmar. O Exército mobilizou cinco pelotões de resgate.

A Colômbia é atravessada por três cordilheiras andinas e concentra elevado risco sísmico. Em 1999, um terremoto de magnitude 6,2 na região cafeeira matou mais de mil pessoas.

(Informações da Reuters, da Associated Press, da CNN e do Washington Post)

Netanyahu rejeita plano dos EUA para Gaza e amplia atrito com Trump

Premiê afirma que não haverá retirada militar enquanto o Hamas não se desarmar; proposta de 15 pontos enfrenta resistência da direita israelense a menos de três meses das eleições

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, rejeitou no domingo, 9, o plano de paz para Gaza patrocinado pelos Estados Unidos e aceito pelo Hamas. “Israel rejeita o documento de 15 pontos”, afirmou. Segundo ele, as forças israelenses “não farão qualquer retirada até que o Hamas esteja genuinamente desarmado”.

A decisão ocorreu após pressão de aliados de extrema direita do governo. Netanyahu classificou Donald Trump como “nosso maior amigo na Casa Branca”, mas disse que Israel sabe “defender suas posições”.

O alto representante para Gaza do Board of Peace, criado

por Trump, Nickolay Mladenov, defendeu o texto ao Channel 12. “A opção que oferecemos hoje é o único caminho adiante que garante que essa tragédia não se repita”, afirmou.

O grupo palestino, que aderiu ao plano dias após eleger Khalil al-Hayya como novo líder, pediu que Washington pressione Netanyahu a não obstruir o processo “por razões políticas e eleitorais internas”.

O atrito soma-se a outras divergências. Trump e Netanyahu lançaram, em fevereiro, a guerra contra o Irã, mas se afastaram quando o presidente norte-americano passou a buscar um cessar-fogo. Na semana passada, Israel

ordenou novos ataques ao Líbano.

Em Gaza, as operações israelenses mataram 1.258 palestinos desde o cessar-fogo de outubro, segundo o Ministério da Saúde local, cujos dados são considerados confiáveis pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Exército israelense registrou cinco mortes em suas fileiras no mesmo período.

Com as eleições em Israel previstas para 27 de outubro, Netanyahu aparece empatado ou atrás nas pesquisas. Serão as primeiras eleições no país desde o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023.

(Informações da Reuters e da France 24, com AFP)

Novo governo colombiano anuncia morte de seis integrantes de grupos armados

Operação em Antioquia atinge dissidência das Farc e membros do Clã do Golfo dias após a posse de Abelardo de la Espriella

O presidente da Colômbia, Abelardo de la Espriella, anunciou no domingo, 9, a morte de seis integrantes de grupos armados em uma operação das forças de segurança no departamento de Antioquia, no noroeste do país. Entre os mortos estão quatro membros de uma dissidência das extintas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e dois do Clã do Golfo, principal cartel de drogas colombiano.

Foi a primeira ação do novo governo contra organizações ilegais, poucos dias após a posse. Em comunicado, o presidente afirmou

que a operação pretende enviar “uma mensagem clara e contundente” aos grupos criminosos.

“Não há onde se esconder quando o Estado está decidido a agir. Dei instruções específicas às forças de segurança para realizar todas as operações necessárias que foram represadas pela administração anterior”, declarou, em referência ao governo de Gustavo Petro.

Eleito com a promessa de enfrentar grupos ligados ao narcotráfico, em meio à pior onda de violência da última década no país, de la Espriella defende a constru-

ção de megaprisões nos moldes de El Salvador e a ampliação dos ataques aéreos contra guerrilhas e traficantes. A cerimônia de posse foi realizada em Cali, cidade do sudoeste colombiano com altos índices de criminalidade.

O primeiro dia de mandato, no sábado, 8, foi marcado por dois atentados a bomba, que deixaram ao menos um policial morto e vários feridos. Segundo o Exército colombiano, guerrilheiros dissidentes das Farc usaram explosivos para destruir um pedágio em uma rodovia próxima a Cali, ferindo levemente dois seguranças.

(Informações da Euronews, com AFP)

Importações chinesas de petróleo caem 32% com crise no Estreito de Ormuz

Compras do maior importador mundial recuam ao menor patamar mensal desde 2016; queda contém pressão sobre os preços, mas provoca retirada recorde dos estoques globais

A China importou, em média, 8,1 milhões de barris de petróleo por dia no segundo trimestre de 2026, queda de 32% em relação aos três meses anteriores, segundo dados da Administração Geral de Alfândegas do país. Em maio e junho, o volume mensal ficou abaixo de 8 milhões de barris por dia pela primeira vez desde 2016.

A retração do maior importador mundial de petróleo bruto foi provocada pela alta dos preços decorrente das interrupções no fluxo pelo Estreito de Ormuz, uma das principais rotas do comércio mundial de energia.

A queda se concentrou nas entregas marítimas. Os fluxos por oleodutos permaneceram estáveis no período, segundo dados de tráfego de navios da consultoria Vortexa. As maiores reduções vieram

do Iraque, com 910 mil barris diários a menos; da Rússia, principal fornecedora da China, com recuo de 640 mil barris; e dos Emirados Árabes Unidos, com queda de 600 mil barris por dia. As cargas desses exportadores costumam transitar pelo Estreito de Ormuz.

O recuo chinês ajudou a amortecer a alta dos preços: ao reduzir a demanda enquanto a oferta estava comprimida, evitou um choque mais severo. O ajuste, porém, teve custo interno. O processamento nas refinarias chinesas caiu 2,2 milhões de barris por dia no trimestre, diante de uma redução de 3,9 milhões nas importações. A diferença de 1,7 milhão de barris diários foi coberta por estoques acumulados.

Em escala mundial, a retirada dos estoques chegou a 5,1 milhões

de barris por dia, um recorde histórico. O número só não foi maior por causa da retração simultânea da demanda global.

Em 2025, a China registrou recorde anual de importações, com média de 11,6 milhões de barris por dia, aproveitando os preços mais baixos desde 2020 para ampliar suas reservas estratégicas. No segundo semestre, a média chegou a 12 milhões de barris diários, ritmo mantido até fevereiro de 2026.

O estoque formado nesse período permitiu às refinarias absorver o choque. A retomada das compras dependerá da estabilização do fluxo por Ormuz e do novo patamar dos preços.

(Informações da Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos — EIA)



Espanha se prepara para eclipse solar total histórico

Fenômeno desta quarta-feira, 12, será o primeiro eclipse total visível na Espanha continental em mais de um século e pode movimentar 1,4 bilhão de euros

A Espanha viverá nesta quarta-feira, 12, o primeiro eclipse solar total visível na porção continental do país em mais de um século. O fenômeno abre uma sequência de três grandes eclipses: outro total ocorrerá em 2 de agosto de 2027 e um anular, em 26 de janeiro de 2028.

A totalidade também poderá ser observada no norte da Sibéria, na costa leste da Groenlândia, no oeste da Islândia e em uma pequena área do nordeste de Portugal. No Canadá, no nordeste dos Estados Unidos, em outras partes da Europa e no noroeste da África, o eclipse será parcial.

A sombra entrará na Espanha pelo noroeste da Galícia, por volta das 19h27, e deixará o país pelas Ilhas Baleares às 20h35, no horário local. A fase total não passará de 1 minuto e 48 segundos ao longo do trajeto. Quanto mais próximo da linha central, maior será a duração.

Cidades fora da faixa, como Madri e Salamanca, terão um

eclipse parcial profundo, com escurecimento de ao menos 92% em toda a península.

A faixa de totalidade atravessará comunidades autônomas do norte, centro e leste do país, entre elas Galícia, Astúrias, Cantábria, País Basco, Navarra, Aragão, Castela e Leão, Catalunha, Comunidade Valenciana e Ilhas Baleares. O trajeto inclui áreas de baixa densidade populacional conhecidas como “Sibéria espanhola”.

Com a Lua cobrindo o disco solar, o brilho diminui, estrelas e planetas ficam visíveis e a temperatura pode recuar até cinco graus. Aves podem parar de cantar, como se a noite estivesse chegando.

Somente durante a fase total será seguro retirar os óculos especiais, que devem ter certificação ISO 12312-2:2015. Nas fases parciais, a observação direta pode provocar retinopatia solar, com sintomas como visão embaçada, manchas no campo visual, distorção de formas e fotofobia.

Turismo de eclipse

A Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural estima que o trio de eclipses gere impacto econômico próximo de 1,4 bilhão de euros, concentrado em áreas pouco visitadas por turistas estrangeiros. Castela e Leão projetou, em abril, a chegada de 2 milhões de visitantes. O portal de turismo da Comunidade Valenciana previu alta de 80% nas reservas no interior de Castellón.

O eclipse de 2027 terá maior duração, de até cinco minutos em território espanhol, mas atingirá uma área menor, formada por Cádiz, Málaga, Granada, Almería, Ceuta e Melilla.

A Agência Espacial Europeia (ESA) transmitirá o fenômeno desta quarta-feira diretamente do Observatório Astrofísico de Javalambre, em Teruel, e promoverá uma observação pública gratuita em León.

(Informações da Euronews, do Instituto Geográfico Nacional da Espanha e da Agência Espacial Europeia)



07/08/ 2006

Lei Maria da Penha: 20 anos da conquista que segue exigindo defesa

Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Lula, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) representa um dos maiores marcos na proteção dos direitos das mulheres no Brasil. Sua construção contou com um diálogo amplo entre os movimentos de mulheres e organizações da sociedade civil. A legislação transformou a forma com que o Estado enfrenta todos os tipos de violência doméstica e familiar.

O nome homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, que, após sobreviver a várias tentativas de feminicídio do seu ex-marido, enfrentou quase duas décadas de luta judicial. Seu caso teve repercussão internacional e fez o Brasil

ser responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por negligência e omissão diante da violência sofrida por mulheres.

Entre os principais avanços estão o reconhecimento das diferentes formas de violência sofridas em relações afetivas ou familiares — física, psicológica, sexual, patrimonial e moral —, a criação das medidas protetivas de urgência e a ampliação da rede de atendimento.

A Lei Maria da Penha tornou-se referência internacional. Em 2016, foi reconhecida pelo Banco Mundial como uma das legislações mais avançadas do mundo no enfrentamento à violência do-

méstica. Nos últimos anos, a lei também vem sendo aperfeiçoada para ampliar a proteção às vítimas e tornar mais efetivas as medidas protetivas.

Apesar de sua importância histórica, a lei tem sido alvo de campanhas de desinformação e ataques que buscam desacreditar sua importância e enfraquecer as conquistas alcançadas na proteção dos direitos das mulheres. Esses episódios reforçam que defender a Lei Maria da Penha é defender o direito das mulheres a viverem sem violência e preservar uma das mais importantes políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil.



11/08/1937

Estudantes decidem criar a UNE

Universitários de todo o país, reunidos no 1º Conselho Nacional de Estudantes, realizado na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, decidem trabalhar em conjunto para fundar um órgão máximo de representação estudantil: a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Desde a realização do I Congresso da Juventude Operária-Estudantil, em setembro de 1934, os estudantes alimentavam a ideia da criação de um órgão nacional para representar seus interesses e colaborar na luta pela modificação da realidade brasileira. A radicalização política e a repressão que se seguiu à promulgação da Lei de Segurança Nacional, no ano seguinte, levaram ao adiamento da iniciativa. Finalmente, com o término da vigência do estado de guerra e a libertação de presos políticos determinada pelo ministro Macedo Soares, o Conselho Nacional dos Estudantes resolveu retomá-la. Ficou definido que a criação da UNE seria forma-

lizada no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, marcado para dezembro de 1938.

A entidade seria formada a partir da união de todas as organizações estudantis brasileiras a ela filiadas. Para não aticar a repressão e respeitar as diferenças ideológicas dos estudantes, divididos entre democratas, anti fascistas, comunistas e integralistas, optou-se por definir, como objetivo da entidade, “congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses”. Assim, num primeiro momento, foram deixadas de lado questões políticas nacionais.

O 2º Congresso Nacional de Estudantes seria instalado em 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de representante do Ministério da Educação e Saúde. Getúlio Vargas foi escolhido seu presidente de honra, e os interventores estaduais, membros da Comissão de Honra. Na solenidade de encerramento, no dia

22, em cerimônia presidida pelo ministro Gustavo Capanema, da Educação e Saúde, o gaúcho Valdir Ramos Borges foi eleito o primeiro presidente da entidade.

O acadêmico Wagner Cavalcanti, um dos oradores, falou em nome dos estudantes: “O Congresso Nacional dos Estudantes não é um congresso político. É um congresso para nossa classe e em prol da nossa cultura. Mas, a existência desta será ilusória se os valores democráticos do mundo perecerem. Cultura, para nós, quer dizer vida, vida quer dizer liberdade, liberdade quer dizer democracia. E, já que nós a estamos definindo como fator de coesão nacional, devemos proclamar: democracia, no nosso entender, significa solidariedade humana, justiça social, ausência de ódios religiosos e preconceitos racistas, a harmonia entre todas as classes, a ordem contraposta à desordem, o respeito aceitável em substituição à hierarquia despótica, enfim: tudo aquilo de que dependem a honra, a dignidade e a intangibilidade patrimonial dos povos. Democracia, para nós, deixou de ser política: neste século, ela é, antes de tudo, a própria vida”.



13/08/1961

Construção do Muro de Berlim marca um dos momentos mais tensos da Guerra Fria

Na madrugada de 13 de agosto de 1961, a República Democrática Alemã (RDA), com apoio da União Soviética, iniciou o fechamento das fronteiras que separavam Berlim Oriental de Berlim Ocidental. Primeiro foram colocadas cercas de arame e bloqueios militares, ao final, uma grande estrutura que se tornaria um dos maiores símbolos da Guerra Fria.

A construção do muro foi resultado das disputas entre os blocos socialista e capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Desde 1945, a Alemanha estava dividida

em zonas de ocupação administradas por União Soviética, Estados Unidos, Reino Unido e França. Berlim, apesar de estar localizada no território da Alemanha Oriental, também foi repartida entre as quatro potências, transformando-se em um dos focos principais da disputa geopolítica internacional.

Durante quase três décadas, o muro dividiu muitas famílias, trabalhadores e comunidades inteiras, tornando-se um retrato da polarização que marcou o século XX. Sua queda, em 1989, acompanhou o processo de transforma-

ções políticas no Leste Europeu e o fim da Guerra Fria, abrindo caminho para a unificação da Alemanha no ano seguinte.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Produção Política, Políticas e Estudos



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda